BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

ATUAÇÃO PREVENTIVA DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ NO AMBIENTE ESCOLAR: A INTEGRAÇÃO ENTRE O SUME E O PROERD NO COMBATE À VIOLÊNCIA E AO USO DE DROGAS

PREVENTIVE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: THE INTEGRATION BETWEEN SUME AND PROERD IN COMBATING VIOLENCE AND DRUG USE

ACTUACIÓN PREVENTIVA DE LA POLICÍA MILITAR DE PARÁ EN EL AMBIENTE ESCOLAR: LA INTEGRACIÓN ENTRE EL SUME Y EL PROERD EN LA LUCHA CONTRA LA VIOLENCIA Y EL USO DE DROGAS

https://doi.org/10.56238/bocav25n82-019

Data de submissão: 15/08/2026 **Data de publicação:** 29/09/2026

Ivanessa Silva e Silva
Bacharel em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa. Pós-graduação em ABA - Análise do Comportamento Aplicada
Instituição: 3º Sargento da Polícia Militar do Pará (PMPA), Auxiliar da CorCPRVIII / Altamira-PA
E-mail: ivanessa.pm@hotmail.com

Fábio Moisés da Silva Pereira
Bacharel em Licenciatura em Pedagogia, Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos - EJA (ECA), Curso do Curso de Supervisão Militar Educacional- (SUME)
Instituição: 3º Sargento da Polícia Militar do Pará (PMPA), Auxiliar da CorCPRVIII / Altamira-PA, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)
E-mail: fabio.xingu1981@gmail.com.

RESUMO

O ambiente escolar tem se consolidado como espaço estratégico para a prevenção da violência e do uso de drogas, exigindo dos órgãos de segurança pública uma atuação que ultrapasse a lógica repressiva. Este artigo tem como objetivo analisar, à luz da literatura, a articulação entre a Supervisão Militar Educacional (SUME) e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) como estratégia integrada de prevenção primária desenvolvida pela Polícia Militar do Pará (PMPA) no contexto escolar. Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza básica, realizada por meio de revisão narrativa da literatura, com consulta a artigos científicos indexados nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, bem como a documentos normativos e institucionais da PMPA publicados entre 1988 e 2026. Os resultados evidenciam que o PROERD, embora amplamente disseminado, apresenta evidências de efetividade limitadas quando avaliado isoladamente, enquanto o SUME oferece presença continuada e vínculo comunitário no cotidiano da escola; a análise indica que a integração entre os dois programas pode compensar fragilidades de fidelidade de implementação e de sustentação dos efeitos preventivos ao longo do tempo. Conclui-se que a articulação SUME-PROERD, aliada à participação da comunidade escolar, constitui

contribuição relevante para o aprimoramento da atividade-fim e da atividade-meio da PMPA, alinhando a segurança pública a uma perspectiva cidadã, preventiva e humanizada.

Palavras-chave: Segurança Pública. Prevenção. Ambiente Escolar. PROERD. SUME.

ABSTRACT
The school environment has become a strategic space for preventing violence and drug use, requiring public security agencies to act beyond a purely repressive logic. This article aims to analyze, based on the literature, the articulation between the Educational Military Supervision program (SUME) and the Educational Program for Resistance to Drugs and Violence (PROERD) as an integrated primary prevention strategy developed by the Military Police of Pará (PMPA) in the school context. Regarding methodology, this is qualitative, basic research carried out through a narrative literature review, consulting scientific articles indexed in the SciELO, PubMed, and Google Scholar databases, as well as normative and institutional documents of the PMPA published between 1988 and 2026. The results show that PROERD, although widely disseminated, presents limited evidence of effectiveness when evaluated in isolation, whereas SUME offers continuous presence and community bonds in the daily life of the school; the analysis indicates that integrating the two programs can offset weaknesses in implementation fidelity and in sustaining preventive effects over time. It is concluded that the SUME-PROERD articulation, combined with the participation of the school community, constitutes a relevant contribution to improving the operational and administrative activities of the PMPA, aligning public security with a citizen-centered, preventive, and humanized perspective.

Keywords: Public Security. Prevention. School Environment. PROERD. SUME.

RESUMEN
El ambiente escolar se ha consolidado como espacio estratégico para la prevención de la violencia y del consumo de drogas, exigiendo de los órganos de seguridad pública una actuación que vaya más allá de la lógica represiva. Este artículo tiene como objetivo analizar, a la luz de la literatura, la articulación entre la Supervisión Militar Educacional (SUME) y el Programa Educacional de Resistencia a las Drogas y a la Violencia (PROERD) como estrategia integrada de prevención primaria desarrollada por la Policía Militar de Pará (PMPA) en el contexto escolar. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza básica, realizada por medio de revisión narrativa de la literatura, con consulta a artículos científicos indexados en las bases SciELO, PubMed y Google Académico, así como a documentos normativos e institucionales de la PMPA publicados entre 1988 y 2026. Los resultados evidencian que el PROERD, aunque ampliamente diseminado, presenta evidencias de efectividad limitadas cuando se evalúa de forma aislada, mientras que el SUME ofrece presencia continuada y vínculo comunitario en la cotidianidad de la escuela; el análisis indica que la integración entre los dos programas puede compensar fragilidades de fidelidad de implementación y de sustentación de los efectos preventivos a lo largo del tiempo. Se concluye que la articulación SUME-PROERD, aliada a la participación de la comunidad escolar, constituye contribución relevante para el mejoramiento de la actividad-fin y de la actividad-medio de la PMPA, alineando la seguridad pública a una perspectiva ciudadana, preventiva y humanizada.

Palabras clave: Seguridad Pública. Prevención. Ambiente Escolar. PROERD. SUME.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Desse mandamento decorre a compreensão de que a segurança não se reduz à repressão ao crime, mas abrange um conjunto de ações preventivas capazes de atuar sobre as causas da violência antes que ela se manifeste. Nesse cenário, a escola desponta como um dos espaços mais sensíveis e, ao mesmo tempo, mais promissores para o desenvolvimento de políticas preventivas, por reunir crianças e adolescentes em fase de formação de valores e de tomada de decisão.

A violência escolar e a iniciação precoce ao uso de substâncias psicoativas figuram entre as principais preocupações de gestores públicos e de profissionais da segurança e da educação. Reconhecendo essa realidade, as polícias militares brasileiras desenvolveram, ao longo das últimas décadas, programas voltados à prevenção no ambiente escolar. O mais disseminado deles é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), versão nacional do norte-americano Drug Abuse Resistance Education (DARE), implantado no Brasil em 1992 e hoje presente em todas as unidades da federação (VALENTE *et al.*, 2022).

A relevância do tema decorre da própria dinâmica da violência no país, que atinge de forma desproporcional a população jovem, frequentemente vítima e, ao mesmo tempo, envolvida em situações de risco. A violência escolar, entendida como o conjunto de agressões físicas, verbais e simbólicas ocorridas na escola ou em seu entorno, expressa dinâmicas sociais mais amplas, como a desigualdade e a exclusão (ABRAMOVAY; RUA, 2002). A iniciação ao uso de álcool, tabaco e outras substâncias ocorre, em grande parte dos casos, ainda na adolescência, o que reforça a importância de intervenções educativas capazes de fortalecer fatores de proteção e de retardar o primeiro contato com as drogas. Diante desse quadro, a atuação da polícia na escola deixa de ser exceção e passa a compor, de modo estruturado, o repertório de políticas públicas de segurança e de educação. Cabe registrar, ainda, que iniciativas preventivas conduzidas na escola tendem a apresentar custo inferior ao dos investimentos em segurança pública e justiça criminal aplicados após a ocorrência do dano (SILVA; ASSIS, 2018).

No Estado do Pará, a atuação preventiva da corporação ganhou contornos próprios com a criação da Supervisão Militar Educacional (SUME), programa que insere o policial militar no cotidiano das escolas conveniadas, e com iniciativas complementares como o PMZITO e o Programa

Escola Segura. A convivência entre um programa curricular de duração determinada, como o PROERD, e um programa de presença continuada, como o SUME, coloca uma questão central: de que modo essas ações podem ser articuladas para potencializar seus efeitos preventivos?

O objetivo geral deste estudo é analisar, com base na literatura científica e nos documentos institucionais, a integração entre o SUME e o PROERD como estratégia de prevenção à violência e ao uso de drogas no ambiente escolar, no âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA). Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir o fundamento constitucional e conceitual da prevenção em segurança pública aplicada à escola; b) caracterizar o PROERD e o SUME quanto à origem, à estrutura e às evidências disponíveis; e c) propor perspectivas de articulação entre ambos, evidenciando sua contribuição para a atividade-fim e a atividade-meio da corporação.

Justifica-se a pesquisa pela relevância acadêmica e institucional do tema. Do ponto de vista acadêmico, a literatura recente tem questionado a efetividade de programas escolares de prevenção quando aplicados de forma isolada, o que exige novas perspectivas de análise. Do ponto de vista profissional, a reflexão contribui diretamente para o aprimoramento das ações da PMPA, oferecendo subsídios para o planejamento de políticas de prevenção mais eficazes e sustentáveis. O trabalho estrutura-se em procedimentos metodológicos, referencial teórico dividido em fundamentação da prevenção escolar, caracterização do PROERD e do SUME, proposta de integração entre os programas, resultados e discussão, e considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, uma vez que se dedica à compreensão e à interpretação de fenômenos sociais complexos que não se esgotam em medidas quantitativas. Quanto à natureza, classifica-se como básica, por buscar ampliar o conhecimento sobre a temática sem finalidade de aplicação imediata. Quanto aos objetivos, é descritiva e exploratória, pois descreve as características dos programas analisados e explora as possibilidades de articulação entre eles.

O procedimento técnico adotado foi a revisão narrativa da literatura, modalidade adequada para reunir e discutir criticamente a produção existente sobre um tema amplo, permitindo a integração de diferentes tipos de fonte. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Google Acadêmico, além de repositórios institucionais das polícias militares. Utilizaram-se, de forma combinada, os descritores: “segurança pública”,

"prevenção", "ambiente escolar", "PROERD", "Supervisão Militar Educacional", "uso de drogas" e "violência escolar", nos idiomas português e inglês.

Foram considerados como critérios de inclusão: artigos científicos, dissertações, teses e documentos normativos publicados entre 1988, marco da promulgação da Constituição Federal, e 2026; textos disponíveis na íntegra; e materiais que abordassem diretamente a prevenção no contexto escolar ou a atuação das polícias militares nesse campo. Foram excluídos os textos que tratavam do tema de modo apenas tangencial e as publicações sem identificação de autoria ou de fonte institucional. À produção acadêmica somaram-se fontes documentais primárias da PMPA, como o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar (MAPE) e os atos administrativos que regulamentam o SUME, o que confere ao estudo ancoragem na realidade operacional da corporação.

A análise do material seguiu a técnica de análise de conteúdo temática, organizada em três eixos: a fundamentação da prevenção escolar em segurança pública; a caracterização e a avaliação dos programas PROERD e SUME; e as possibilidades de integração entre eles. Os achados foram, por fim, confrontados entre si, de modo a evidenciar convergências, lacunas e oportunidades de aprimoramento.

3 SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E O AMBIENTE ESCOLAR

A segurança pública, tal como delineada pela Constituição de 1988, apoia-se no binômio direito e responsabilidade. Embora o encargo principal recaia sobre o Estado, o texto constitucional convoca a sociedade à corresponsabilidade, prevendo a participação popular na formulação, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas (BRASIL, 1988). Essa concepção rompe com a ideia de que a segurança é assunto exclusivo da polícia e abre espaço para uma atuação integrada entre instituições e comunidade.

No campo da saúde pública, consagrou-se a distinção entre prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária atua antes do surgimento do problema, buscando reduzir a incidência de comportamentos de risco por meio da educação e da promoção de fatores de proteção; a secundária dirige-se a grupos que já apresentam sinais iniciais de vulnerabilidade; e a terciária volta-se à redução de danos e à reinserção. Transposta para a segurança pública, essa lógica sustenta que investir na prevenção primária no ambiente escolar é mais eficaz e menos oneroso do que responder, posteriormente, às consequências da violência e da dependência química.

A escola constitui território privilegiado para a prevenção primária porque concentra a população em idade de maior plasticidade para a aprendizagem de valores e habilidades

socioemocionais. É nesse espaço que se manifestam precocemente sinais de conflito, de evasão e de contato com substâncias psicoativas, e é também nele que a presença qualificada do poder público pode fortalecer vínculos de confiança. A aproximação entre polícia e comunidade, nessa perspectiva, favorece a resolução pacífica de conflitos e contribui para a construção de uma polícia mais cidadã e humanizada (MOORE, 2003).

> A filosofia fundamental da prevenção comunitária do crime está incorporada na noção de que os meios mais eficazes de combater o crime devem envolver os moradores na intervenção proativa e na participação em projeto cujo objetivo seja reduzir ou prevenir a oportunidade para que o crime ocorra em seus bairros. (MOORE, 2003, p. 153)

3.1 FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

A perspectiva preventiva contemporânea organiza-se em torno da noção de fatores de risco e de fatores de proteção. Fatores de risco são condições que aumentam a probabilidade de envolvimento com a violência ou com o uso de drogas, tais como a vulnerabilidade socioeconômica, a fragilidade dos vínculos familiares, o fracasso e a evasão escolar e a convivência com pares que já fazem uso de substâncias. Fatores de proteção, por sua vez, são elementos que reduzem essa probabilidade, como a presença de adultos de referência, o pertencimento a espaços organizados, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a percepção de um ambiente escolar seguro.

A atuação preventiva no ambiente escolar justifica-se, precisamente, por sua capacidade de operar sobre esses dois polos: reduzindo a exposição a fatores de risco e ampliando os fatores de proteção. Nesse sentido, tanto o conteúdo educativo do PROERD — voltado ao desenvolvimento de habilidades de recusa e de tomada de decisão — quanto a presença cotidiana do SUME — que oferece adulto de referência e ambiente organizado — atuam sobre variáveis reconhecidas pela literatura como determinantes do comportamento juvenil. A convergência entre essas duas frentes constitui, como se verá adiante, o eixo da proposta deste trabalho. Revisões da literatura nacional convergem ao indicar que estratégias eficazes de prevenção à violência escolar combinam ações pedagógicas, participação da comunidade e continuidade no tempo, em detrimento de intervenções pontuais e isoladas (SCHREINER; PADILHA; ANDRADE, 2026).

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA PREVENÇÃO

A efetividade das ações preventivas depende, em larga medida, do grau de envolvimento da comunidade. A própria Constituição prevê o direito da sociedade de articular com os órgãos de governo

a formulação e o acompanhamento das políticas públicas, colocando a participação popular como componente da gestão da segurança (BRASIL, 1988). No ambiente escolar, essa participação materializa-se na colaboração entre policiais, professores, gestores, estudantes e famílias, que passam a compartilhar a responsabilidade pela construção de um espaço seguro.

Experiências de policiamento comunitário demonstram que a participação da comunidade no planejamento e nas decisões aprimora o perfil da atuação policial, elevando os níveis de satisfação, a sensação de segurança e a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que contribui para a redução do crime e da desordem (MOORE, 2003). Transposta ao contexto escolar, essa lógica indica que programas preventivos tendem a ser mais eficazes quando a escola deixa de ser mera receptora de uma ação externa e passa a coparticipar de seu planejamento, definindo prioridades e adaptando o conteúdo à realidade local. É nessa direção que a articulação entre presença continuada e conteúdo estruturado revela seu maior potencial.

A atuação no ambiente escolar articula-se, ainda, ao arcabouço legal de proteção à infância e à juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e como prioridade absoluta, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de protegê-los (BRASIL, 1990). Da mesma forma, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas privilegia a prevenção como eixo estruturante das ações estatais sobre o tema (BRASIL, 2006). Assim, a presença preventiva da polícia militar na escola encontra respaldo não apenas na competência constitucional de segurança, mas também no conjunto de normas que orientam a proteção integral e a política sobre drogas.

4 O PROERD: ORIGEM, ESTRUTURA E EVIDÊNCIAS DE EFETIVIDADE

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é a versão brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education (DARE), criado em 1983 na cidade de Los Angeles, a partir de uma parceria entre o departamento de polícia local e a rede escolar, com o propósito de romper o ciclo entre o abuso de drogas e a criminalidade. No Brasil, o programa foi implantado de maneira pioneira em 1992 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e, ao longo das décadas seguintes, expandiu-se para todos os estados e o Distrito Federal (VALENTE *et al.*, 2022).

4.1 O CURRÍCULO E A METODOLOGIA DE APLICAÇÃO

O currículo atual do PROERD deriva do programa Keepin' it REAL (kiR), adotado pelo DARE norte-americano em 2008 e traduzido e adaptado no Brasil sob a denominação "Caindo na Real". Fundamenta-se nas teorias da aprendizagem socioemocional e do treino de resistência, buscando desenvolver nos estudantes habilidades de comunicação, de tomada de decisão e de recusa a ofertas de drogas (SANCHEZ *et al.*, 2021). As aulas são ministradas por policiais militares fardados, especialmente capacitados, o que constitui uma das principais especificidades do modelo brasileiro em relação a experiências internacionais em que a aplicação cabe a professores.

O programa organiza-se em currículos distintos, voltados à educação infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental — com ênfase nas turmas de quinto e sétimo anos — e aos pais e responsáveis, além de dispor de material didático próprio, como o livro do estudante e o manual do instrutor. A conclusão do curso é marcada por uma formatura, momento simbólico que reúne estudantes, famílias, equipe escolar e policiais, reforçando o vínculo entre a corporação e a comunidade.

4.2 EVIDÊNCIAS DE EFETIVIDADE E LIMITES

A ampla disseminação do PROERD contrasta com a escassez de avaliações rigorosas sobre seus efeitos. Parte da literatura de gestão e de relatos institucionais aponta boa aceitação do programa por alunos, professores e famílias, além do aumento da sensação de segurança decorrente da presença do policial na escola. Essa aceitação, contudo, não se confunde com efetividade na prevenção do uso de substâncias.

Estudos conduzidos por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo submeteram o PROERD a ensaios clínicos randomizados por conglomerados, envolvendo 4.030 estudantes de trinta escolas públicas da capital paulista, distribuídos entre grupos de intervenção e de controle. Os resultados não evidenciaram efeito do programa na prevenção ou no retardo do uso de drogas entre os alunos dos quintos e sétimos anos (SANCHEZ *et al.*, 2021). Mais do que isso, a avaliação de desfechos secundários indicou efeitos contrários aos esperados em parte dos adolescentes, como o aumento da intenção de uso de cigarro no futuro entre estudantes do sétimo ano e a leve redução das habilidades de tomada de decisão entre os do quinto ano (VALENTE; SANCHEZ, 2022).

Revisão sistemática dedicada ao currículo que deu origem ao PROERD reuniu dezessete estudos e concluiu não haver, na literatura, evidência consistente de efetividade do programa na prevenção ao uso de drogas, recomendando estudos complementares e a revisão do modelo adotado

(VALENTE *et al.*, 2022). Investigação sobre a fidelidade de implementação mostrou, ainda, que o grau de aderência dos instrutores ao currículo proposto não foi suficiente para alterar os desfechos de uso de drogas, apontando a adaptação cultural e a padronização da aplicação como fatores críticos a serem enfrentados (GUSMOES *et al.*, 2022). Em âmbito regional, estudo comparativo realizado em escolas públicas de Colombo, no Paraná, tampouco confirmou redução da prática de delitos entre estudantes que participaram do programa em relação aos que dele não participaram (ARINS, 2022).

O reconhecimento dessas limitações não é exclusivo do PROERD. Outras iniciativas nacionais de prevenção escolar, desenvolvidas inclusive no âmbito da saúde pública e em parceria com organismos internacionais, passaram por avaliações e ajustes sucessivos de currículo, o que evidencia a complexidade de intervir sobre o comportamento juvenil por meio de programas isolados. Essa trajetória sugere que a resposta às fragilidades não está no abandono das iniciativas, mas no aperfeiçoamento de seu desenho e, sobretudo, das condições de sua aplicação, como a formação dos instrutores, a adaptação cultural do conteúdo e a continuidade das ações ao longo do tempo.

Esses achados não invalidam a iniciativa, mas indicam que o formato curricular pontual, aplicado de modo isolado e por tempo limitado, tende a ter seus efeitos dissipados ao longo do tempo. Depreende-se daí a necessidade de estratégias que combinem o conteúdo estruturado do PROERD com ações de reforço contínuo e de acompanhamento no cotidiano escolar — lacuna que, no contexto paraense, pode ser preenchida pela presença permanente do SUME.

5 A ATUAÇÃO DA PMPA NO AMBIENTE ESCOLAR: O SUME E AS AÇÕES PREVENTIVAS

5.1 A SUPERVISÃO MILITAR EDUCACIONAL (SUME)

A Supervisão Militar Educacional (SUME) é um programa da Polícia Militar do Pará realizado por meio de acordos de cooperação técnica ou de convênios com os entes públicos, cujo objetivo é tornar o espaço escolar um ambiente seguro e motivador à aprendizagem, prevenindo conflitos, violência, criminalidade, uso de drogas e envolvimento com ações ilícitas de qualquer ordem (PARÁ, 2023). Diferentemente de um curso de duração determinada, o SUME caracteriza-se pela presença continuada do policial militar no cotidiano da escola.

O programa integra o Programa de Ações Policiais Militares na Escola, vinculado ao Departamento Geral de Educação e Cultura (DGEC) da corporação, e teve início em 2018, no Colégio Militar Rio Tocantins, em Marabá, expandindo-se posteriormente para diversos municípios do Estado.

Para atuar como supervisor, o policial deve ser aprovado no Curso de Supervisão Militar Educacional, que aborda temas como prevenção e mediação de conflitos na escola, legislação aplicada, o trato com o público infanto-juvenil e a metodologia do próprio programa (PARÁ, 2022). Em levantamento institucional de 2026, o SUME figurava como a ação de maior alcance da corporação no ambiente escolar, atendendo cerca de 12,7 mil alunos em municípios como Marabá, Tucuruí, Altamira, Abaetetuba, Benevides e Canaã dos Carajás (PARÁ, 2026).

A formação do supervisor militar é condição para sua atuação e revela o caráter especializado do programa. O Curso de Supervisão Militar Educacional prepara o policial para a percepção do perfil dos estudantes nos diferentes níveis da educação básica, para o registro e o manejo de conflitos na escola, para a compreensão da vulnerabilidade própria da fase de formação juvenil e para o trabalho articulado com professores e famílias, sempre a partir do trato legal e respeitoso com o público infanto-juvenil (PARÁ, 2022). Essa capacitação afasta a atuação do supervisor de uma lógica meramente repressiva e a aproxima de um papel educativo e mediador.

Ao permanecer diariamente na escola, o supervisor militar contribui para o cultivo de valores como respeito, responsabilidade e ética, apoia a organização e a disciplina, aproxima as famílias do acompanhamento escolar e valoriza a autoridade docente. Essa presença cotidiana cria condições para a construção de vínculos de confiança entre o policial e a comunidade escolar, elemento reconhecido pela literatura como decisivo para a eficácia das ações preventivas (MOORE, 2003).

5.2 PMZITO, MAPE E O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

A atuação da PMPA no ambiente escolar não se resume ao SUME. Criado em 2021, o PMZITO leva às escolas conteúdos como valores cívicos, direitos humanos, noções do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevenção às drogas, primeiros socorros, educação no trânsito, meio ambiente e ordem unida, tendo alcançado cerca de 2,3 mil jovens em 2026 (PARÁ, 2026). Somam-se a ele iniciativas como o Grupamento de Prevenção Ativa e o Programa Escola Segura, este último desenvolvido em articulação com a Secretaria de Estado de Educação e reforçando a presença policial no entorno das unidades de ensino.

Como esforço de padronização, a corporação lançou, em 2023, o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar (MAPE), que orienta a atuação da tropa diante da complexidade do contexto escolar e evidencia os programas já em execução — entre eles o PROERD, o SUME e o PMZITO —, além de prever ações de atenção psicossocial (PARÁ, 2023). A existência de um manual

próprio revela a maturidade institucional da PMPA no campo da prevenção escolar e cria a base normativa para a articulação entre as diferentes iniciativas.

Observa-se, portanto, que a PMPA dispõe de um ecossistema de programas preventivos que combina conteúdo educativo, presença continuada e padronização operacional. Esse conjunto materializa, na prática, a corresponsabilidade prevista constitucionalmente e responde à demanda de que a segurança pública seja tratada como política transversal, integrada e sistêmica.

Estudos recentes dedicados especificamente à realidade paraense reforçam esse diagnóstico. Ao analisar a atuação dos instrutores do PROERD como instrumento de policiamento de proximidade, Alcantara *et al.* (2026) observaram que a presença contínua dos policiais favorece a construção de vínculos de confiança entre a Polícia Militar, a escola e a família, ampliando a efetividade das ações preventivas e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos estudantes. Em avaliação do impacto do programa nos índices de violência escolar no Pará, Lima *et al.* (2026) identificaram impactos positivos na formação cidadã e no fortalecimento do vínculo escola-família-polícia, ressalvando, contudo, que os efeitos sobre a redução direta do consumo de drogas e do bullying dependem da integração do PROERD a ações intersetoriais. Tais achados, produzidos no próprio contexto da corporação, sustentam a hipótese central deste estudo: a de que o programa curricular alcança maior efetividade quando articulado a uma presença institucional continuada.

6 A INTEGRAÇÃO ENTRE SUME E PROERD COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA

A análise conjunta dos dois programas revela uma complementaridade que constitui o cerne da contribuição deste estudo. O PROERD oferece um currículo estruturado, com base teórica na aprendizagem socioemocional e no treino de habilidades de recusa, mas sofre com a limitação temporal e com a dissipação de seus efeitos quando aplicado isoladamente. O SUME, por sua vez, garante presença continuada e vínculo comunitário, porém não dispõe, em si, de um currículo padronizado de prevenção ao uso de drogas com a densidade do PROERD. A articulação entre ambos permite que a virtude de um compense a fragilidade do outro.

Compreender essa complementaridade exige uma visão sistêmica da prevenção. Um curso, por mais bem estruturado que seja, dificilmente sustenta mudanças de comportamento se não encontrar, no ambiente cotidiano, reforço e coerência. Do mesmo modo, uma presença permanente, se desprovida de conteúdo pedagógico consistente, tende a se limitar à manutenção da ordem. O valor da articulação reside justamente em unir a densidade do currículo à continuidade da convivência, transformando

ações antes episódicas em um processo educativo prolongado. Essa perspectiva dialoga com a compreensão, já consolidada na Constituição, de que a segurança pública deve ser tratada como política transversal, integrada e sistêmica (BRASIL, 1988).

A integração pode operar em, ao menos, três dimensões. Na dimensão pedagógica, o conteúdo do PROERD deixa de ser um evento pontual e passa a ser reforçado ao longo do ano letivo pela ação diária do supervisor militar, que retoma temas de prevenção, media conflitos e acompanha os estudantes que participaram do curso. Na dimensão da fidelidade de implementação, a presença do SUME possibilita o monitoramento contínuo da aplicação e a adaptação do conteúdo à realidade local — respondendo diretamente às fragilidades identificadas pela literatura (GUSMOES *et al.*, 2022). Na dimensão comunitária, a atuação combinada aproxima famílias, escola e polícia, fortalecendo a rede de proteção e ampliando os fatores de proteção que a prevenção primária busca estimular.

Essa articulação inaugura uma perspectiva nova em relação ao debate corrente. Enquanto a crítica acadêmica ao PROERD tende a recomendar sua revisão ou substituição, a proposta aqui delineada sugere que parte das limitações do programa não decorre exclusivamente de seu currículo, mas do modo isolado e descontínuo de sua aplicação. Ao inseri-lo em um sistema de presença permanente como o SUME, cria-se a possibilidade de sustentar os efeitos preventivos ao longo do tempo, algo que os desenhos avaliativos até aqui disponíveis não contemplaram.

Do ponto de vista institucional, a integração fortalece tanto a atividade-fim quanto a atividade-meio da PMPA. Na atividade-fim, contribui para a redução dos fatores de risco associados à violência e ao uso de drogas, incidindo sobre as causas antes da ocorrência do delito. Na atividade-meio, otimiza recursos humanos e materiais, ao evitar a sobreposição de esforços e ao articular, sob a coordenação do DGEC e à luz do MAPE, os diferentes programas já existentes. Trata-se, assim, de uma inovação de baixo custo e alto potencial, apoiada em estruturas que a corporação já possui.

6.1 DIRETRIZES PRÁTICAS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS

A proposta de integração ganha concretude quando traduzida em diretrizes aplicáveis à rotina da corporação. Sem pretender esgotar as possibilidades, destacam-se as seguintes contribuições para as atividades-meio e atividade-fim da PMPA.

A primeira diretriz é a sincronização do calendário: nas escolas atendidas simultaneamente pelos dois programas, o ciclo de aulas do PROERD deve ser planejado de modo que o supervisor do

SUME participe da sua abertura e retome, ao longo do ano, os temas trabalhados, evitando que o conteúdo se encerre com a formatura e assegurando reforço contínuo.

A segunda diretriz é o registro compartilhado de ocorrências e demandas: o supervisor militar, por sua presença diária, é capaz de identificar situações de conflito, evasão ou vulnerabilidade que podem realimentar o planejamento das aulas do PROERD e orientar o encaminhamento de casos à rede de proteção, em consonância com o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar (PARÁ, 2023).

A terceira diretriz é a formação cruzada: recomenda-se que instrutores do PROERD e supervisores do SUME compartilhem etapas de capacitação, de modo que o conteúdo curricular e a atuação cotidiana falem a mesma linguagem, reduzindo divergências de aplicação e ampliando a fidelidade de implementação — fator crítico identificado pela literatura (GUSMOES *et al.*, 2022).

A quarta diretriz é a articulação com as demais ações institucionais e com a comunidade: o PMZITO, o Programa Escola Segura e as ações de atenção psicossocial devem compor, junto ao PROERD e ao SUME, uma rede local coordenada pelo Departamento Geral de Educação e Cultura, com a participação de famílias e do corpo docente na definição de prioridades. Tal coordenação materializa a corresponsabilidade constitucional e evita a fragmentação de esforços.

A quinta diretriz é o monitoramento e a avaliação: a atuação integrada deve ser acompanhada por indicadores que ultrapassem a mera contagem de atendimentos, incluindo medidas de convivência escolar, de mediação de conflitos e de percepção de segurança, de forma a permitir o aprimoramento contínuo das ações e a produção de evidências próprias sobre a realidade paraense.

Essas diretrizes, apoiadas em estruturas que a corporação já mantém, demonstram que a inovação proposta é factível e de baixo custo, dependendo menos de novos recursos do que da coordenação inteligente dos programas existentes.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura e das fontes institucionais permitiu identificar três resultados principais. O primeiro é que a prevenção no ambiente escolar encontra sólido amparo constitucional e legal, inserindo-se na concepção de segurança pública como política transversal e corresponsável, e não como atribuição exclusiva do aparato repressivo (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

O segundo resultado diz respeito à tensão entre disseminação e efetividade do PROERD. Os estudos revisados demonstram que o programa, apesar de sua ampla aceitação e de sua presença em

todo o território nacional, não apresentou, nas avaliações experimentais disponíveis, efeito significativo na prevenção do uso de drogas, tendo produzido, em alguns desfechos, resultados contrários aos esperados (SANCHEZ *et al.*, 2021; VALENTE; SANCHEZ, 2022). Fatores como a baixa fidelidade de implementação e a insuficiente adaptação cultural do currículo foram apontados como possíveis explicações (GUSMOES *et al.*, 2022; VALENTE *et al.*, 2022).

O terceiro resultado é a constatação de que a PMPA desenvolveu, sobretudo a partir do SUME, um modelo de presença continuada na escola que dialoga diretamente com as lacunas identificadas na literatura sobre o PROERD. A convergência entre um currículo estruturado e uma presença permanente sugere um caminho de aprimoramento que a produção acadêmica sobre o tema ainda não explorou de forma sistemática.

A discussão desses resultados evidencia que o debate sobre a efetividade dos programas de prevenção não deve conduzir ao seu simples abandono, mas ao seu reposicionamento estratégico. A presença do policial na escola, quando qualificada e orientada por manuais e formação específica, produz efeitos que extrapolam a medição pontual do uso de substâncias, incluindo o aumento da sensação de segurança, a mediação de conflitos e o fortalecimento da confiança entre polícia e comunidade. Reconhecer esses efeitos, sem perder de vista o rigor das avaliações, é condição para o desenho de políticas mais maduras.

No plano institucional, a discussão sugere que a atuação preventiva na escola contribui para a imagem e a legitimidade da corporação, aproximando-a da população e revertendo a percepção de que a segurança pública se resume à repressão. Ao investir em ações educativas, a PMPA fortalece a confiança da comunidade, o que, por sua vez, favorece a cooperação em outras frentes da atividade policial. Trata-se de um ciclo virtuoso em que prevenção, participação social e credibilidade institucional se reforçam mutuamente.

Cabe ressaltar as limitações desta pesquisa. Por tratar-se de revisão narrativa, não se aplicaram critérios de metanálise, e a produção acadêmica especificamente dedicada ao SUME ainda é incipiente, o que exigiu recurso a fontes documentais e institucionais. Tais limitações, longe de invalidar os achados, apontam a necessidade de estudos empíricos futuros que avaliem, no contexto paraense, os efeitos da atuação integrada dos programas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a integração entre o SUME e o PROERD como estratégia de prevenção à violência e ao uso de drogas no ambiente escolar, no âmbito da Polícia Militar do Pará. A revisão realizada permitiu concluir que os dois programas, quando considerados isoladamente, apresentam potencialidades e fragilidades distintas, mas que sua articulação oferece uma resposta consistente às limitações apontadas pela literatura.

Demonstrou-se que o PROERD dispõe de um currículo estruturado, porém carece de continuidade e de fidelidade de implementação para sustentar seus efeitos; e que o SUME assegura presença permanente e vínculo comunitário, ainda que sem um currículo específico de prevenção ao uso de drogas com a densidade daquele programa. A integração entre as duas iniciativas, sob a coordenação do Departamento Geral de Educação e Cultura e amparada pelo Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar, revela-se, portanto, uma inovação viável, de baixo custo e alinhada às competências constitucionais da corporação.

A contribuição do estudo é, ao mesmo tempo, acadêmica e prática. No plano acadêmico, propõe-se um deslocamento do debate sobre a efetividade dos programas de prevenção, do questionamento do currículo para a análise das condições de sua aplicação. No plano profissional, oferecem-se subsídios concretos para o aprimoramento da atividade-fim e da atividade-meio da PMPA, valorizando a prevenção, a formação policial em direitos humanos e a participação da comunidade escolar.

Cumpre destacar, por fim, que a valorização das ações preventivas não implica desprezo pela dimensão repressiva da segurança pública, mas sim seu reequilíbrio. Investir na prevenção junto às crianças e aos adolescentes significa reduzir, no médio e no longo prazo, a sobrecarga das ações repressivas, promovendo uma relação mais saudável entre a corporação e a sociedade. Nesse horizonte, a escola configura-se como um espaço estratégico não apenas para a educação, mas para a própria construção de uma cultura de paz e de cidadania, entendida como o enfrentamento da violência por meio do diálogo, da mediação de conflitos e da inclusão (AQUINO; LANDO, 2024).

Recomenda-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos empíricos que avaliem a atuação integrada dos programas no Estado do Pará, com desenhos capazes de mensurar não apenas o uso de substâncias, mas também indicadores de convivência escolar, mediação de conflitos e sensação de segurança. Espera-se que a reflexão ora apresentada contribua para a construção de uma segurança

pública cada vez mais preventiva, cidadã e humanizada, em benefício das crianças e dos adolescentes paraenses.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

ALCANTARA, A. C. *et al.* PROERD e policiamento de proximidade: análise das práticas preventivas da Polícia Militar do Pará na promoção da segurança e da cultura de paz no ambiente escolar. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), v. 12, n. 7, p. 1-16, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i7.28161.

AQUINO, M. B. F.; LANDO, G. A. A importância da prevenção e combate à violência escolar para a construção de uma cultura de paz. Revista Gestão e Secretariado (GeSec), v. 15, n. 11, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i11.4435.

ARINS, G. H. B. Um enfoque estatístico comparativo com crianças que passaram e não passaram pelo Programa Estadual de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) das escolas públicas do município de Colombo/PR. RECIMA21, v. 3, n. 8, e381782, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i8.1782.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

GUSMOES, J. D. *et al.* Implementation fidelity of a Brazilian drug use prevention program and its effect among adolescents: a mixed-methods study. Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy, v. 17, 2022. DOI: 10.1186/s13011-022-00496-w.

LIMA, T. J. P. *et al.* Segurança pública e educação: avaliação de impacto do PROERD nos índices de violência escolar no Pará. Revista Tópicos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 34, p. 1-22, 2026. DOI: 10.70773/revistatopicos/781656222.

MOORE, Mark Harrison. Policiamento comunitário e policiamento para a solução de problemas. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (org.). Policiamento moderno. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 7).

PARÁ. Agência Pará. Polícia Militar do Pará consolida estratégias preventivas e atende cerca de 27 mil estudantes. Belém, 2026. Disponível em: https://agenciapara.com.br. Acesso em: 15 set. 2026.

PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará. Aditamento ao Boletim Geral nº 075 I, de 20 de abril de 2022: Curso de Supervisão Militar Educacional (SUME). Belém: DGEC/PMPA, 2022.

PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará. Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar (MAPE). Belém: PMPA, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Histórico do PROERD. Porto Alegre: Brigada Militar, [2022]. Disponível em: https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/proerd. Acesso em: 15 set. 2026.

SANCHEZ, Z. M. *et al.* Effectiveness of a school-based substance use prevention program taught by police officers in Brazil: two cluster randomized controlled trials of the PROERD. International Journal of Drug Policy, v. 98, art. 103413, 2021. DOI: 10.1016/j.drugpo.2021.103413.

SCHREINER, C.; PADILHA, G. K.; ANDRADE, L. de. Prevenção da violência escolar no Brasil: uma revisão sob a perspectiva da psicologia educacional. Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 35, n. 5, 2026. DOI: 10.18224/frag.v35i5.15184.

SILVA, F. R.; ASSIS, S. G. de. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, e157305, 2018.

VALENTE, J. Y.; SANCHEZ, Z. M. Short-term secondary effects of a school-based drug prevention program: cluster-randomized controlled trial of the Brazilian version of DARE's Keepin' it REAL. Prevention Science, v. 23, n. 1, p. 10-23, 2022. DOI: 10.1007/s11121-021-01277-w.

VALENTE, J. Y. *et al.* Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção às drogas Keepin' it REAL traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 11, p. 4175-4189, 2022.